

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IDOSOS ATENDIDOS NO CENTRO DE SAÚDE DURANTE PANDEMIA POR COVID-19 NA CIDADE DE SÃO PAULO

Amanda Viana de Freitas Campos¹
Juliana dos Santos Cantária²

RESUMO: Introdução: A infecção pelo novo Coronavírus atingiu proporções alarmantes com milhões de casos registrados e fatores de risco que podem levar a gravidade, um deles é o envelhecimento com suas peculiaridades fisiológicas e orgânicas, além de suas enfermidades que maximiza a inflamação sistêmica, os deixando vulneráveis a doenças infectocontagiosas (DIAS *et al.*, 2020). Os idosos com insegurança alimentar apresentam maiores complicações de suas doenças crônicas e piora do estado nutricional (SOUZA e MARÍN-LEÓN, 2013), sendo necessário medir a segurança alimentar dos mesmos para que os resultados possam contribuir para o desenvolvimento de programas de saúde e promovam alimentação adequada para a população idosa vulnerável. Objetivo: Foi descrever os aspectos da segurança alimentar e nutricional de idosos atendidos num centro de saúde. Método: Elaborou se um estudo transversal com idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, com prontuários ativos no Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia “José Ermírio de Moraes”, onde realizou se um levantamento dos idosos que estavam agendados para consultas com as geriatras nos meses de fevereiro, março e abril de 2020, os quais foram contactados por telefone para a entrevista. Para obtenção dos dados, foram utilizados questionários contendo as variáveis sociodemográficas, renda, moradia, arranjo familiar e uma escala validada que avalia a (in)segurança alimentar e nutricional. Resultados: Segundo os dados coletados os quadros mostram como foram contabilizados as variáveis sociodemográficos de faixas etárias de anos e sexos (quadro 1). Os arranjos familiares e os números de pessoas que corresidem com os idosos, assim como os idosos que moravam sozinhos ou acompanhados (quadro 2). A renda familiar (quadro 3). Os tipos de moradias e a mudança temporária dos idosos no período de entrevista (quadro 4). Para (in)segurança alimentar foram analisadas as respostas de acordo com as perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (quadro 5). Conclusão: A população apresentou em maior prevalência as seguintes características: sexo feminino, faixa etária de 80-89, moradia própria, corresidentes de 1 à 2 pessoas, para a renda foi a aposentadoria seguidos dos pensionistas e a Insegurança Alimentar Leve. Viu-se necessidade de obter informações detalhadas das fontes de renda e dos corresidentes do domicílio.

1159

Descritores: Insegurança alimentar. Segurança alimentar. Idosos. Covid-19. Nutrição.

¹Nutricionista pelo Universidade Nove de Julho, Pós-Graduação Lato Sensu em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pela Faculdade Método de São Paulo e Especialização Lato Sensu Multiprofissional em Gerontologia pelo Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia "José Ermírio de Moraes"

²Nutricionista pelo Centro Universitário São Camilo e Mestre em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Nutricionista, professora e orientadora no Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia "José Ermírio de Moraes".

INTRODUÇÃO

A infecção pelo novo Coronavírus, SARS-CoV₂, atingiu proporções alarmantes com milhões de casos registrados e de vidas ceifadas ao redor do mundo, chegando aqui no Brasil com os indivíduos apresentando-se assintomáticos, com sintomas leves ou severamente comprometidos pela gravidade da inflamação. Fatores de risco levam a gravidade da Covid-19, entre eles estão as doenças crônicas como a obesidade, hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, doenças pulmonares e câncer, além do envelhecimento. Portanto, os idosos estão no centro da discussão da pandemia Covid-19 e carecem de atenção à saúde para minimizar efeitos desastrosos no sistema de saúde e sociedade (DIAS *et al.*, 2020).

O risco de morte por Covid-19 aumenta com a idade, especialmente aqueles com doenças crônicas. A imunossenescência aumenta a vulnerabilidade às doenças infectocontagiosas e os prognósticos para aqueles com doenças crônicas são desfavoráveis. Durante essa pandemia, o mundo e o Brasil adotaram medidas de isolamento e distanciamento social, interrupção de aulas e trabalhos presenciais, gerando, além do sofrimento com o noticiário de mortes e hospitalizações, danos emocionais e financeiros, que afetam diferentemente cada grupo geracional. Portanto, para além das questões fisiopatológicas e epidemiológicas, há de se discutir o impacto da pandemia Covid-19 na saúde integral do idoso, família, profissionais de saúde e sociedade (HAMMERSCHMIDT e SANTANA, 2020).

1160

O enfrentamento para a pandemia do Covid-19 torna-se prioridade para os gestores públicos, que devem investir em estruturas de saúde a fim de garantir tratamentos adequados aos acometidos, além da preocupação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de populações vulneráveis (BORSATTO *et.al*, 2020).

A SAN no Brasil foi definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006:

Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei n.º 11.346/ 2006).

E de acordo com estudos epidemiológicos têm se utilizado a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com a finalidade medir a segurança alimentar e a dificuldade de acesso familiar aos alimentos, também as dimensões psicológicas e sociais que a insegurança alimentar pode acarretar. A EBIA foi adaptada a partir da *Household Food Security*

Scale Measurement, uma escala desenvolvida por Radimer *et al.* na Universidade de Cornell nos Estados Unidos da América (1992, *apud* EBIA, 2014, p.4).

A insegurança alimentar na população idosa de baixa renda se faz presente através da preocupação e angústia, pela incerteza no acesso aos alimentos, até a fome causada pela privação alimentar, agravando as doenças crônicas existentes e favorecendo o declínio do estado nutricional (SOUZA e MARÍN-LEÓN, 2013), se tornando um fator de risco para as infecções (DIAS *et al.*, 2020).

O envelhecimento é um processo natural, o qual submete o organismo a diversas alterações anatômicas e funcionais, com repercussões nas condições de saúde e nutrição do idoso. Muitas dessas mudanças são progressivas, ocasionando efetivas reduções na capacidade funcional, desde a sensibilidade para os gostos primários até os processos metabólicos do organismo. Outros condicionantes se destacam afetando o estado nutricional como as enfermidades presentes, os fatores relacionados com a situação socioeconômica, familiar, psicossociais, tal qual a perda do cônjuge, depressão, isolamento social, pobreza e demência (CAMPOS *et al.*, 2000).

Tendo em vista a alta prevalência de infecção por Covid-19 na população idosa, além das características biopsicossociais próprias desse grupo, que influenciam diretamente seu estado nutricional e de saúde, fez-se necessário atentar para as questões da SAN no delicado momento de pandemia.

O Instituto de Geriatria e Gerontologia “José Ermírio de Moraes” (IPGG) é um ambulatório de especialidades do Governo do Estado de São Paulo, que atende idosos residentes em regiões periféricas da cidade de São Paulo, visando o envelhecimento ativo e saudável. O IPGG além de dar suporte aos idosos que o frequentam, também possibilita a disseminação de saberes entre profissionais da área acadêmica e da saúde. Sua estrutura sólida proporcionou o suporte adequado para a elaboração dessa pesquisa, o qual poderá encontrar uma prevalência de insegurança alimentar na população estudada, e seus resultados poderão contribuir para o desenvolvimento de programas de saúde que promovam alimentação adequada para a população idosa vulnerável.

Objetivos

Geral

- Descrever aspectos de segurança alimentar e nutricional de idosos atendidos no

centro de saúde.

Objetivos específicos

- Identificar características sociodemográficas da população estudada;
- Observar os arranjos familiares na pandemia;
- Identificar fontes de renda domiciliar.

METODOLOGIA

Delineamento e local da pesquisa

Estudo transversal, com idosos (≥ 60 anos), de ambos os sexos, com prontuários ativos no IPGG. Primeiramente foi denominado como Centro de Referência do Idoso (CRI), o primeiro equipamento voltado à assistência à saúde da pessoa idosa na cidade de São Paulo, mantido pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e criado através do Decreto n.º 46.206, de 23 de outubro de 2001. Sua nova denominação surgiu através do Decreto n.º 54.193, publicado em 03 de abril de 2009. Tem como missão promover o envelhecimento saudável e a integração social da pessoa idosa.

1162

Recrutamento e seleção dos idosos

Foi realizado um levantamento dos idosos que estavam agendados para consultas com geriatras do IPGG nos meses de fevereiro, março e abril de 2020, os quais foram contactados por telefone. O idoso, ou seu cuidador (caso o paciente não consiga se expressar verbalmente), foi esclarecido sobre os objetivos e métodos do estudo. O TCLE (termo de consentimento livre e esclarecido, anexo 1) foi lido na presença de uma testemunha que possui vínculo com a instituição, e com a concordância do entrevistado, as perguntas foram iniciadas. Para obtenção dos dados, foi utilizado um questionário onde constava a EBIA (anexo 2). As entrevistas foram realizadas pela nutricionista pesquisadora.

As ligações puderam ser feitas (com mais de uma tentativa, se necessário) em dias e horários alternados, para que abrangesse a maior captação de idosos ou cuidadores durante o dia, em horário comercial. O IPGG disponibilizou os dados cadastrais para contato através dos prontuários ativos e pelos sistemas Cross e S4.

Critérios de inclusão

- Idosos (as) acima de 60 anos com cadastros ativos no IPGG, atendidos pelas geriatras.

Critérios de exclusão

- A ausência ou impossibilidade de contato;
- Idosos (as) que não consigam se expressar e/ou ausência do cuidador responsável;
- Idosos (as) sondados para alimentação;
- Óbito.

Variáveis de estudo

- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Renda;
- Arranjo familiar.

Análises dos dados

Os dados foram obtidos e analisados segundo a frequência absoluta e relativa. Para a elaboração de tabelas, figuras e quadros foi utilizado o *software Excel* do Pacote *Microsoft Office* versão 2010.

1163

Aspectos éticos

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde (CEPIS), Número do Comprovante: 097199/2020, CAAE 37137720.5.0000.5469, versão 2 em 13 de novembro de 2020, anexo 3.

RESULTADOS

Os quadros a seguir mostram como foram contabilizados os dados sociodemográficos, considerando faixas etárias de anos e sexos (quadro 1). Os arranjos familiares se mostraram em número de pessoas que corresidem com os idosos e de idosos que moravam sozinhos ou acompanhados (quadro 2). A renda familiar apresentada considerou a soma de todas as rendas dos residentes do domicílio (quadro 3). Como moradia considerou a casa onde o entrevistado mora como seu bem de posse ou não e a mudança dos

idosos temporária no período de entrevista (quadro 4). Para a categorização da (in)segurança alimentar foram analisadas as respostas de acordo com as perguntas da EBIA (quadro 5).

Quadro 1. Características de idosos agendados no IPGG-JEM, segundo variáveis sociodemográficas nos períodos de fevereiro, março e abril de 2020.

Faixa etária	F.R ¹	F.R ²
60-69	14	5,74%
70-79	94	38,52%
80-89	110	45,08%
90-99	24	9,84%
100-110	2	0,82
Total	244	100%
Sexo	F.A ¹	F.R ²
Masculino	64	26,23%
Feminino	180	73,77%

F.R¹ (Frequência Absoluta). F.R² (Frequência Relativa)

Quadro 2. Arranjo familiar de idosos agendados no IPGG-JEM, de acordo com variáveis de residir e de números dos familiares que residiam no mesmo domicílio durante os períodos de fevereiro, março e abril de 2020.

Residiam	F.A ¹	F.R ²
Sozinhos	58	23,77%
Com parceiro e/ou com familiares	186	76,23%
N. de pessoas que residiam com o idoso no domicílio	F.A ¹	F.R ²
1	99	53,23%
2	50	26,88%
3	27	14,51%
4	8	4,30%
5 a 10	2	1,08%
Total	186	100%

F.R¹ (Frequência Absoluta). F.R² (Frequência Relativa)

Quadro 3. Renda familiar dos idosos atendidos no IPGG-JEM, nos períodos de fevereiro, março e abril de 2020.

Renda	F.A ¹	F.R ²
Aposentado	181	48,78%
Pensão	57	15,36%
Bolsa família	1	0,27%
Auxílio Emergencial	19	5,12%
Benefício Prestação Continuada (BCP)	22	5,93%
Renda formal	40	10,78%

Renda informal	13	3,5%
Recebe ajuda de outros	38	10,24%

F.R¹ (Frequência Absoluta). F.R² (Frequência Relativa)

Quadro 4. Tipos de moradia e mudança temporária dos idosos atendidos no IPGG-JEM, nos períodos de fevereiro, março e abril de 2020.

Moradia	F.A ¹	F.R ²
Própria	205	84,02%
Alugada	11	4,51%
Cedida	28	11,47%
Mudança Temporária	F.A ¹	F.R ²
Sim	5	2,05%
Não	239	97,95%
Total	244	100%

F.R¹ (Frequência Absoluta). F.R² (Frequência Relativa)

Quadro 5. Categorização da (in)segurança alimentar dos idosos atendidos no IPGG-JEM, nos períodos de fevereiro, março e abril de 2020.

Pontos de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar	Domicílios com menores de 18 anos F.A ¹	Domicílios com menores de 18 anos F.R ²	Domicílios sem menores de 18 anos F.A ¹	Domicílios sem menores de 18 anos F.R ²
*SA	1	0,41%	98	40,16%
*IL	3	1,23%	131	53,69%
*IM	0	0%	11	4,51%
*IG	0	0%	0	0%

*SA: Segurança Alimentar; *IL: Insegurança Alimentar Leve; *IM: Insegurança Alimentar Moderada; *IG: Insegurança Alimentar Grave.

F.R¹ (Frequência Absoluta). F.R² (Frequência Relativa)

DISCUSSÃO

A princípio foram selecionados 300 idosos que estavam agendados para consultas com as geriatras do IPGG-JEM nos meses de fevereiro, março e abril de 2020, mas durante as ligações alguns idosos e cuidadores se recusaram em participar. Deste número inicial foram entrevistados 244 (idosos, 173 e 71 cuidadores).

De acordo com quadro 1 que mostra as variáveis sociodemográficas dos entrevistados, notou-se uma maior prevalência dos idosos com faixa etária entre 80-89, cerca de 45,08% se comparados com 5,74% dos idosos mais jovens (60=> e <=69). A expectativa de vida vem crescendo conforme as décadas para a população idosa acima de 80 anos (IBGE, 2004) este é um fator positivo, outro fato a ser considerado é a disponibilidade destes idosos

em casa, possivelmente estaria se resguardando para tentar evitar o contágio pelo coronavírus, visto que os idosos têm maior risco de contrair a forma mais grave da doença. Um estudo feito na China menciona que com o avanço da idade o índice de contágio sobe para 8% entre 70 a 79 anos e chega a 15% em maiores de 80 anos (FELIX, 2020). Neste cenário, idosos tornara-se o centro de associação da doença Covid-19 ao elevado risco de morte, por ser um dos grupos de risco (LEÃO, 2020). Para os idosos mais jovens entre 60 a 69 a prevalência entre eles foram baixa, supomos que estivessem fazendo seus afazeres não sendo possível no momento atender a ligação ou a se dispor a responder às perguntas.

Entre os sexos, a prevalência maior foi o feminino com 73,77% (quadro 1). Isso demonstra mais uma vez a feminização da velhice. Segundo a pesquisa Saúde, Bem-estar e Envelhecimento - SABE (LEBRÃO e DUARTE, 2003) é um fenômeno que acompanha o envelhecimento populacional, isto é, a maior proporção de mulheres que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas. Em 2012, para cada 100 mulheres com 60 anos ou mais em todo o mundo, existiam apenas 84 homens, e para cada 100 mulheres com 80 anos ou mais, só existiam 61 homens. Miranda et al. (2016) menciona em sua pesquisa que as mulheres são o maior porcentual de idosos em gênero no Brasil, isso devido ao maior cuidado desse gênero com o corpo, alimentação e saúde com acompanhamento médico. Em contrapartida, os homens costumavam ser menos zelosos em manter uma boa qualidade de vida e saúde, sem contar que, o maior número de mortes violentas é representado por eles.

O arranjo familiar (quadro 2) neste estudo observou a rede de apoio ao idoso, visando os corresidentes como fonte de auxílio primário e imediato, os resultados mostraram que 76,23% dos idosos residiam com familiares e/ou parceiros. Os arranjos familiares podem ser uma estratégia utilizada para beneficiar tanto as gerações mais novas como as mais velhas (ARAÚJO et al., 2012; SILVA et al. 2015) e a sua frequência pode ser vista em famílias das camadas populares, transformando-se em lugar de suporte socioeconômico e afetivo. Assim, os mais velhos são os provedores materiais das novas gerações que, em contrapartida, se tornaram “cuidadoras” dos seus velhos pais e avós (PEIXOTO, 2009). Para os idosos que moravam sozinhos o valor foi de 23,77%, e de acordo com a pesquisa SABE a sua prevalência foi de 13,10% em comparação a soma dos outros arranjos familiares (com acompanhantes). Estes valores podem ser positivos ou não, se os idosos moram sozinhos podem ser mais independentes é um fator positivo ou negativo, porque podem não ter apoio visto que a maior faixa etária que aparece neste estudo é de 80 a 89 anos. Em relação à quantidade de pessoas que corresidem com os idosos (quadro 2), notou-se que houve maior prevalência de

1 e seguido por 2 pessoas como acompanhantes destes idosos. Isto pode estar relacionado com a menção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea (CAMARANO et al., 2004) sobre o tamanho médio das famílias brasileiras, que foi reduzida nas últimas décadas, principalmente, por um menor número de filhos nelas vivendo e possivelmente pelo envelhecimento adjunto dos moradores.

Neste estudo considerou para a renda familiar a somatória da renda de todos os membros do domicílio (quadro 3). Verificou-se que a maior prevalência estava nos aposentados (48,78%) seguidos dos pensionistas (15,36%). Um dos prováveis motivos para o idoso contribuir tanto nas despesas neste período atual, pode ser visto na pesquisa feita pelo Datafolha (CARRANÇA, 2020) onde 46% dos brasileiros constataram redução de sua renda familiar devido à pandemia. Quase metade dos brasileiros viu sua renda familiar diminuir com a pandemia do coronavírus, entre eles estão os informais, autônomos e empresários, sendo que as perdas atingiram 2 em cada 3 dos entrevistados. Nesta mesma publicação foi mencionado que os trabalhadores com renda familiar até dois salários mínimos são os que mais referiam a perda de rendimento (48%). Pode-se sugerir que a renda dos idosos desempenha um papel importante nos domicílios, mesmo que corresidindo com outros familiares (CAMARANO, 2017). A literatura também sugere que no Brasil, tem aumentado o número de filhos que moravam ou voltaram a morar com seus pais, os motivos relatados foram dificuldades de inserção no mercado de trabalho, ou mesmo um maior tempo despendido na escola, além das instabilidades de suas relações afetivas (CAMARANO e MELLO, 2006). Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (CAMARANO, 2020) os idosos entrevistados contribuíram com 70,6% da renda dos domicílios e 62,5% desta renda vinham de pensões ou aposentadorias, ou seja, da Seguridade Social. O jornal BBC News Brasil de São Paulo, comenta que o cenário de desemprego é alto no Brasil, a dependência da renda dos idosos é grande. Nesta mesma edição, menciona que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de desemprego atingiu 13,3% da população em junho de 2020, maior índice desde 2017. Entre 71,3 milhões de domicílios do país, 20,6% da renda eram dos idosos e para 12,9 milhões de casas, 18% do total de domicílios, os ganhos dos idosos eram a única fonte de renda. Estimou que, durante a pandemia, a morte de idosos por Covid-19 representa uma queda mensal de R\$ 167 milhões na renda das famílias brasileiras (MACHADO, 2020).

No quadro (4) de moradia, identificou que 84,02% dos idosos entrevistados tinham a sua moradia própria. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE (2016) aponta

que as posses dos brasileiros que vivem em áreas urbanas de todas as cidades, estão em torno de 74,80% para a condição de moradia própria e quase 90% dos idosos que vivem em seus domicílios permanentes são de sua propriedade particular (IBGE, 2016; IBGE, 2009). Os que alugavam imóveis eram em torno de 17,90% e os que viviam em domicílios cedidos 7,10%. Se analisarmos os dados do presente estudo veremos que 4,51% são alugadas e 11,47% são cedidas (quadro 4), resultantes diferentes do estudo do IBGE (2016), o qual houve declínio dos imóveis alugados e aumento do número de imóveis cedidos. Isso pode ser desencadeado pela crise econômica atual que assola as famílias durante essa pandemia e/ ou outro fato como a desaceleração da economia atual. Outro fator a ser considerado é a permanência dos idosos em seus domicílios durante os meses de entrevista, com cerca de 97,95% (quadro 4) e 2,05% que se mudaram temporariamente para viver com outros familiares. Segundo Santos et al. (2018) a casa própria para o idoso significa a valorização na sua vida, mesmo que a moradia não seja adequada. Outra probabilidade é que os idosos que em sua maioria já moram acompanhados, talvez por esse motivo, não precisaram se mudar para receber ajuda durante este período.

Por meio da Escala EBIA (quadro 5), os entrevistados apresentaram Insegurança Alimentar Leve com 53,69% e 4,51% para Insegurança Alimentar Moderada, e nenhum entrevistado apresentou Insegurança Alimentar Grave. Então dos entrevistados, mais da metade tinham algum tipo de insegurança alimentar se somarmos os tipos Leve e Moderada. De acordo com a Escala Brasileira de Medida Direta e Domiciliar da Insegurança Alimentar:

A Insegurança Alimentar Leve quando já existe preocupação com acesso aos alimentos no futuro e a qualidade da alimentação já está comprometida. Nesse contexto, os moradores já assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponíveis. Trocar um alimento por outro que esteja mais barato, por exemplo. Na Insegurança Alimentar Moderada, os moradores já têm uma quantidade restrita de alimentos (CAMPOS, 2020).

Os dados do presente estudo são preocupantes se compararmos à última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) elaborada no Brasil entre os anos de 2017-2018 e publicada em 2020, onde o maior percentual da população brasileira estudada apresentava 63,30% de Segurança Alimentar e 36,70% tinham algum tipo de Insegurança Alimentar. O pesquisador da POF André Martins, referiu que “o aumento da Insegurança Alimentar está relacionado, entre outros motivos, à desaceleração da atividade econômica nos anos de 2017 e 2018” (apud CAMPOS, 2020). O IBGE (2018 apud JAIME, 2020) mencionou que as vulnerabilidades foram ampliadas com o coronavírus. A medida necessária de isolamento social, quando somada à instabilidade no trabalho e renda das famílias, pode ocasionar redução no acesso a

alimentos e, conseqüentemente, piora na qualidade da alimentação e até mesmo fome. De acordo com pesquisa de Bezerra et.al (2020), analisou a distribuição do espaço-temporal da prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) nas Unidades de Federação (UF) do Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade, concluiu-se que houve diminuição da prevalência de IAN, durante as análises do território brasileiro onde apresentou dois padrões distintos:

Os territórios com maiores prevalências de IAN, conseqüentemente apresentaram as piores condições de renda, trabalho e saúde infantil, concentrou-se nas regiões Norte e Nordeste. E os territórios com menores prevalências de IAN apresentou menor vulnerabilidade, sobressaindo nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (BEZERRA et.al, 2020).

Pode-se sugerir que mesmo com o índice elevado de IAN neste estudo (UF Sudeste), ele ainda permanece baixo se compararmos com outros estados do país. Isso talvez possa ser explicado pelas características da população estudada, que em sua maioria residiam em casas próprias e dispunham de algum recurso como aposentadoria ou pensões, além de residirem em uma região do país com maior acesso a bens e serviços, ainda que dada as grandes dificuldades geradas pela pandemia pelo Coronavírus.

CONCLUSÃO

1169

A população estudada apresentou em maior prevalência as seguintes características: sexo feminino, faixa etária de 80-89 anos, moradia própria, não se mudaram durante a pandemia, corresidentes com 1 à 2 pessoas, para as rendas foram a aposentadoria e os pensionistas. A maior parte dos idosos apresentava Insegurança Alimentar Leve.

Teria sido interessante colher mais informações da composição familiar, descrevendo mais detalhadamente o grau de parentesco de cada residente, além de avaliar melhor a contribuição ou não da renda de cada membro do domicílio. Sugere-se ainda que os idosos continuem sendo acompanhados, a fim de que não ocorra piora nos aspectos relacionados à Segurança Alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, E. M. J. L. et al. Covid-19 e Nutrição. ULAKES Journal of Medicine, 1 (EE) 106-117, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/ulakes/article/view/261/247>. Acesso em: 26 out. 2023.

HAMMERSCHMIDT, K. S. A.; SANTANA, R. F. Saúde do idoso em tempos de

pandemia Covid-19. *Cogitare Enfermagem*, v. 25, ed. 72849, 2020. Doi.org/10.5380/ce.v25io.72849. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/72849/pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

BORSATTO, R.S. et al. COVID 19 crises entremeadas no contexto da pandemia (antecedentes, cenários e recomendações): Respostas dos municípios para garantir segurança alimentar e nutricional em tempo de pandemia. Editora UFSCar/CPOI, 2020, 165-184 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341931284_Borsatto_RS_Grigoletto_F_Macedo_A_de_C_Martensen_AC_2020_Respostas_dos_municipios_para_garantir_seguranca_alimentar_e_nutricional_em_tempo_de_pandemia_Pp_165-184. Acesso em: 26 out. 2023.

BRASIL. MDS- Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

EBIA- Escala Brasileira de Insegurança Alimentar: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasil, Estudo Técnico nº 01, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

SOUZA, B. F. N. J.; MARÍN-LEÓN, L. Insegurança alimentar em idosos: estudo transversal com usuários de restaurante popular. *Revista de Nutrição, Campinas*, v.26(6), 679-691 p, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/rfXXXM7DsnmWGgrnKNjWTCC/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 26 out. 2023.

1170

CINTRA, K. L. et al. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 05, ed. 12, vol. 02, 129-143 p, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/nutricao/nutricao-do-idoso>. Acesso em: 26 out. 2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil por sexo e idade, 1980-2050: revisão 2004. Metodologia e resultados. Estimativas anuais e mensais da população do Brasil e das Unidades da Federação: 1980- 2020. Metodologia, Estimativas das populações municipais, Brasil, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

FELIX, P. Como agir com idosos durante a pandemia do Coronavírus. *Estadão, Saúde*, 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,como-agir-com-os-idosos-durante-a-pandemia-de-coronavirus,70003262723>. Acesso em: 27 out. 2023.

LEÃO, L. R. B. et al. O idoso e a pandemia do Covid-19: uma análise de artigos publicados em jornais. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 6, n. 7, 45123-45142 p., 2020. Doi org 10.34117/bjdv6n7-218. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12947>. Acesso em: 27 out. 2023.

LEBRÃO, M. L.; DUARTE, Y. A. O. SABE- Saúde, Bem-estar e Envelhecimento. Projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial. 255p: il. Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/op000002.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

MIRANDA, G. M. D. Envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Revista Brasileira de Geriatria, Rio de Janeiro, v19, 507-519 p, 2016. Doi.org 10.1590/1809-98232016019.150140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.

ARAÚJO C. K. et al. Vínculos familiares e sociais nas relações dos idosos. Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, n. 1, 97-107 p., 2012 Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/2868/2033>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, D. M. et al. A estrutura da representação social de família para idosos residentes em lares intergeracionais. Revista Enfermagem UERJ, v. 23, nº 1, 2015. Doi.org 10.12957/reuerj.2015.8739. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/8739>. Acesso em: 27 out. 2023.

PEIXOTO, C. Relações intergeracionais: da solidariedade aos maus tratos. Interseções: revista de estudos interdisciplinares, v. 11, nº 2, 407-421 p., 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332856137_Intersecoes_revista_de_estudos_interdisciplinares. Acesso em: 27 out. 2023.

1171

CAMARANO, A. A. et al; Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, C. 5, 137-164 p., 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

CARRANÇA, T. Quase a metade dos brasileiros viu renda familiar diminuir na pandemia. Folhapress, Folha de Pernambuco, Economia, 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/economia/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na/151704/>. Acesso em: 27 out. 2023.

CAMARANO, A. A. Diferenças na legislação à aposentadoria entre homens e mulheres: breve histórico. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Repositório do Conhecimento do Ipea Previdência, Previdência Social, nº 62, 69-76 p., 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7823/1/bmt_62_diferen%0c3%a7as.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

CAMARANO, A. A; MELLO, J. L. Transição para a Vida Adulta ou a Vida Adulta em Transição?. Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Capítulo 1, Introdução, Rio de Janeiro, 13-28 p., 2006. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3296/1/Livro_Transicao_WEB1.pdf.

Acesso em: 27 out. 2023.

CAMARANO, A. A. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?. In: SILVA, S. P et.al. Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Disoc-Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, Brasil, Brasília, nº 81, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10145/1/NT_81_DisocOsDependRendaIdosCorona.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

MACHADO, L. Sem aposentadoria: morte de idosos por covid-19 abala vida econômica de famílias mais pobres. BBC News Brasil, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53786776>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores 2015, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores socio demográficos e de saúde no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, Brasil, Rio de Janeiro, nº 25, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42597.pdf>.

SANTOS, Á.S. et al. Estudo de base populacional: perfil sociodemográfico e de saúde em idosos. Revista de Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, nº 26, ed. 21473, 2018. Doi. Org 10.12957/reuerj.2018.21473. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/21473/26520>. Acesso em: 27 out. 2023.

1172

CAMPOS, A. C. IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 27 out. 2023.

JAIME, P. C. Pandemia de Covid 19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. Ciência e Saúde Coletiva, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 25, nº 7, 2020. Doi. Org 10.1590/1413-81232020257.12852020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hgG5jmsb4TKPMSKX9Jw7hzp/?lang=pt#>. Acesso em: 27 out. 2023.

BEZERRA, M. S. et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Ciência e Saúde Coletiva, Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Rio de Janeiro, v.25, nº 10, 3833-3846 p., 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202510.35882018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2023.